



SINDICALISMO RURAL EM FRANCISCO BELTRÃO: A INSERÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS POLÍTICOS ADMINISTRATIVOS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Joice Aparecida Antonello Abrão ¹

Roseli Alves dos Santos ²

O sindicalismo em geral, no Brasil, é oficialmente reconhecido a partir de 1930, com a implantação do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Mas consistia em uma organização incipiente e muito ligada à estrutura estatal, em especial a partir das regulamentações do Ministério do Trabalho que visava o controle da classe trabalhadora.

A estrutura sindical, portanto, tornara-se legalizada pelo Estado e submetida às suas ações. Nesta época criaram-se as leis que tratam do trabalho conhecidas como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante das leis era difícil estabelecer formas de organização fora do sindicalismo oficial que realmente contribuísse às necessidades dos operários, à repressão era iminente perante o não cumprimento de regras impostas. O Ministério de Trabalho era o órgão superior, acima da confederação, após a federação em domínio sobre os sindicatos.

O reconhecimento da organização sindical dos trabalhadores rurais ocorre posteriormente, em 1962, embora já no início do século XX se tenha conhecimento de tentativas de organização no plano legal, conforme destaca THOMAZ Jr (2008).

Nesse sentido, o sindicalismo rural, que somente é regulamentado em 1962, no contexto das tentativas de reelaboração do pacto populista, liderado por João Goulart, que não se pautou por acordos com a oligarquia rural, que o rejeitava frontalmente, porém elevou ao extremo, o que se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o corporativismo, o aparelhismo e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência municipal. (THOMAZ Jr, 1998)

Na década de 1950 há um forte processo de organização dos trabalhadores rurais, assim como os conflitos que emergiam no espaço urbano. A aproximação com o Movimento de organização das Ligas Camponesas foi fundamental para o caráter reivindicatório assumido pelo movimento sindical, em especial no que concerne ao questionamento sobre a propriedade fundiária e a renda da terra. As lutas e a relevância política forçaram o Estado a reconhecer os sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 1963 os trabalhadores rurais organizam a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) era uma institucionalização dos processos de luta pelos direitos social e trabalhista do trabalhador do campo.

¹ Mestranda em Geografia da UNIOESTE. joiceantonello@gmail.com

² Professora da UNIOESTE e Co-orientadora. roseliasantos@gmail.com.



Esse contexto de efervescência política sindical é oprimido pela Ditadura Militar, a qual coloca pelo poder da opressão e violência o sindicalismo em um período de expressiva inatividade, no entanto, aos poucos o governo militar por meio do ministério do trabalho passou a ter um discurso mais ameno em relação às atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Mas constituiu-se um sindicalismo em bases paternalista, atrelado ao Estado e cumprindo um papel assistencialista em suas ações cotidianas.

A partir desta década, o sindicalismo começa a movimentar-se contra a ditadura, combatendo com vigor as incoerências sociais. A campanha “Direta já”, ocorrida em 1984, fortaleceu o movimento sindical. A CONTAG apresenta em sua trajetória a meta de luta pela terra, através da reforma agrária, aproximando a organização sindical do movimento social, em especial, os de luta pela reforma agrária.

A organização sindical instituída no período militar abrigava diferentes categorias de trabalhadores rurais, inclusive com interesses conflitantes, cujas representações, também diversas, seguiam esta perspectiva da chamada unicidade sindical, na qual a maior parte dos dirigentes não eram efetivamente trabalhadores assalariados, mas pequenos produtores rurais.

Durante muitos anos o sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil permanece como um braço assistencialista, que não representava efetivamente as necessidades dos pequenos produtores e nem dos trabalhadores assalariados. Assim, na década de 1980 se estrutura uma oposição sindical, buscando superar o peleguismo sindical e instituir um sindicato combativo.

O Sindicalismo Rural em Francisco Beltrão

O sindicalismo rural, enquanto organização é considerada a união de um grupo de pessoas trabalhadoras na área rural em torno de interesses comuns, direitos, deveres e objetivos que visam à solução de problemas vivenciados. É no grupo que se discute, avalia e se tomam decisões concretas por meio de planejamentos estratégicos (TORRENS, 1993; in Pirin, 2006).

Em Francisco Beltrão, o sindicalismo rural iniciou-se com os conflitos sociais gerados pela política de expansão da fronteira ocorridos, no sudoeste paranaense, a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) em 1943. A partir de então, segundo dados obtidos em entrevistas com agricultoras e dirigentes sindicais, ele se materializa sob quatro fases distintas: Sindicato assistencialista (1975); Sindicato Combativo; Mobilizações e o Propositivo. No início, de acordo com Pirin (2006), não havia na região, nenhum órgão que representasse os interesses dos agricultores. Com isso, os segmentos sociais urbanos (militantes políticos, profissionais liberais e



comerciantes locais) se configuraram como mediadores dos agricultores, especialmente no período da Revolta dos Posseiros em 1957.

Após a revolta de 1957, ao 01 dia do mês de fevereiro do ano de 1958, somando 54 sócios foi formada uma Associação por trabalhadores rurais. Esta associação contava com a presença significativa de sacerdotes missionários belgas que além de promover a formação de grupos de catequese, incentivava o sindicalismo e o cooperativismo na região (PIRIN, 2006). Comenta que, no início da década de 1960, intensificam-se as ações da Igreja Católica no município de Francisco Beltrão em conjunto com um grupo de profissionais liberais e agricultores. A finalidade era desenvolver um trabalho de reflexão a respeito da doutrina social da Igreja, fortalecendo a sua capacidade de intervenção, junto ao poder público e estruturas de poder regional beneficiando a organização dos pequenos agricultores.

Em 1963 é fundado, segundo a lei 7.038 de novembro de 1944, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) a partir da Associação Rural de Francisco Beltrão, com 504 sócios. Cabe destacar que *em Francisco Beltrão em 1963, não existia nem igreja, apenas um barracão e umas vinte casas, no máximo* (Maria Bach – Francisco Beltrão).

Conforme Pirin (2006), o trabalho sindical até o final dos anos 60, além de assistencialista, era apenas para a legitimação da entidade perante o Estado, a autora não identificou registros de reivindicações ou solicitações dos agricultores por melhores condições de trabalho, produção ou comercialização. Apesar da lei da unicidade sindical, no sudoeste do Paraná, este se constitui basicamente por pequenos produtores familiares.

Este caráter assistencialista, como no movimento de trabalhadores rurais no restante do país, era predominantemente assistencialista. *A associação paga no sindicato dava direito da mulher e as crianças terem acesso ao dentista, médico, carteirinha para se internar no hospital. Esse era o principal propósito que levava o produtor a se associar* (Maria Bach, Francisco Beltrão, 2009).

O rompimento com essa forma de sindicato exigia o fim do assistencialismo, o que representava para muitos agricultores a única forma de acesso a determinados serviços sociais.

O sindicato estava passando por uma crise [...] rompendo o ciclo do assistencialismo e indo para a fase reivindicatória e poucos agricultores compreendiam isso e, como o sindicato vive da mensalidade do associado, muitos acabavam não pagando. Assim o sindicato entra numa crise financeira. A maioria do pessoal que trabalhava eram voluntários, porém, com o tempo o sindicato começou a se restabelecer (L. R. – Francisco Beltrão – PR, 2009).

Após o período de conflitos e a partir da regularização das terras, incentivados pelas políticas governamentais de industrialização, os agricultores intensificam a produção de alimentos.



O sindicato combativo assume o papel frente à “modernização tecnológico” como intermediador entre agricultores e instituições financiadoras, convencendo os agricultores de que era viável produzir mais a partir do uso de insumos e tecnologias, sem que para isso, necessariamente fosse preciso aumentar a área de terra.

O sindicato atuava conforme as determinações do Estado, contudo, sem ações que pudessem alterar a ordem das relações de trabalho, ou sociais no município. A época vivida era de ditadura militar, desta forma as práticas sindicais eram de precaução, em que, o presidente representava a ação do Estado na área de abrangência do sindicato, pois administrava recursos de benefício público. Os benefícios públicos eram representados pelos consultórios médicos e odontológicos sediados nos sindicatos, que atendiam parte dos agricultores. Aos poucos o sindicato se transforma numa “autoridade local” (PIRIN, 2006, p.155).

O movimento de constituição de um sindicato combativo no sudoeste do Paraná ocorre a partir do apoio da igreja Católica e também da Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), a qual, desde sua fundação em 1966, atuava nas comunidades rurais para incluir a população carente no processo de desenvolvimento econômico e social, e a incentivar a organização e o processo de intervenção junto ao Estado, além de atuar na formação de homens e mulheres para trabalharem como catequistas e ministros Eucarísticos.

Observamos em PIRIN (2006), que os interesses da Igreja norteavam os anseios de aumentar seu poder como interventora na sociedade.

O “perigo da expansão comunista no campo” e a possibilidade de perda de sua influência no meio agrário fizeram com que a Igreja Católica iniciasse, no final dos anos 50, seu trabalho organizativo no meio rural exatamente por aqueles Estados mais ameaçados pela expansão das ligas e da Ultab. Assim, em 1960, o Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte criou um setor de sindicalização rural, cujo objetivo era a formação de sindicatos “cristãos” no campo (PIRIN *apud* COLETTI, 1998, p.50).

A partir de então, forma-se um grupo de pessoas interessados em formar uma frente oposicionista a fim de reorganizar as lutas sindicais em detrimento das necessidades e direitos de homens, mulheres, jovens e crianças residentes no campo. Esta formação instigava a organização e a luta por direitos, dentre eles também os direitos da mulher. O sindicalismo reivindicatório é outra dimensão desta base de formação e vai trazer as lutas por aposentadoria, e direito de pessoa jurídica de ter acesso à documentação adquirindo a possibilidade de financiar e administrar o dinheiro nos bancos. “*Formei-me ministra no trabalho da ASSESOAR no ano 1979 e a partir desta formação, formou então uma visão de libertação, militância e buscar as lutas*” (I. F, Francisco Beltrão, 2009).

Concomitante a organização Sindical Rural se fortalece no sudoeste paranaense, mais especificamente em 26 municípios o Movimento Popular de Mulheres que passa a ser apoiado também na região, pelo sindicato dos comerciários ficando forte também no espaço urbano.



Até 1982 eram poucas as mulheres associadas ao sindicato, somente os maridos saíam de casa “*mas nós já íamos às comunidades organizar e informar o povo de seus direitos, e a partir destas organizações foi crescendo o movimento sindical*” (C., Francisco Beltrão, 2009). Tanto que, uma das primeiras conquistas do movimento popular de mulheres, foi à possibilidade da mulher se associar no sindicato, direito reservado até então, somente aos homens.

O Movimento Popular de mulheres iniciado no final da década de 1960, tinha forte o propósito de formação. Elas se reuniam, estudavam e debatiam temáticas com questões específicas, como Mulher e política, Mulher e sindicato, Mulher e bíblia, Direitos da mulher, Saúde da mulher, formação religiosa a partir da bíblia, formação para a vida para perceber que mesmo sendo mulher eram seres humanos como os homens. Entretanto, a formação da catequese ainda era para as mulheres, enquanto que a formação de ministros se destinava, na grande maioria das vezes, para os homens. Com tudo, esta instrução propiciou às mulheres uma formação libertária, tanto que, algumas dessas mulheres ainda permanecem trabalhando nas entidades.

Após aproximadamente 20 anos, o Movimento Popular de Mulheres é “substituído” pela Comissão Sindical de Mulheres. “*Parece-me que o movimento se perdeu porque não houve quem assumisse no estado do PR*” (R. V., Santo Antônio do Sudoeste, 2009).

As mudanças políticas dos anos 80, o fim da ditadura militar e a possibilidade de assumir um governo de esquerda faziam proliferar as lutas dos movimentos sociais, fazendo com que as entidades Católicas mudassem a conscientização dos agricultores pelos quais os STRs deveriam amparar e lutar.

Verificamos em Pirin (2006), que em 1970 iniciam-se movimentos de oposições sindicais no campo, devido a três fatores: o início da abertura política do regime militar; a necessidade de encarar os problemas provocados pelo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo militar na agricultura (modernização conservadora); e a ação desenvolvida pela igreja com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Assim, as famílias de agricultores no sudoeste paranaense, especialmente no STR de Francisco Beltrão, instruídos pelas ações implementadas pela ASSESOAR, passam a questionar o papel dos sindicatos. Organizados por uma nova proposta para o Sindicalismo Rural, no ano de 1972, fizeram a primeira tentativa de ganhar as eleições do STR de Francisco Beltrão, porém, as manobras judiciais que a antiga diretoria impunha impediram que a chapa articulada pela ASSESOAR obtivesse o registro na Delegacia Regional do Trabalho. Perseverando a articulação, os



agricultores investiram novamente para as eleições de 1975, porém, mais uma vez, não puderam registrar a chapa de oposição porque o Ministério do Trabalho não aprovou os nomes desta.

Neste período, a formação das oposições sindicais era considerada uma ação pioneira no campo, devido às particularidades que os agricultores familiares tinham em se organizarem. Essa diferenciação se deve à ação dos setores da igreja católica, articulada com a ASSESOAR, nas reuniões de conscientização.

Outra instituição que fortaleceu a organização dos agricultores nesse período foi a Comissão Pastoral da terra CPT. Apoiada pela ASSESOAR, a pastoral constituiu uma organização que propagava e reelaborava alguns parâmetros de ação sindical, baseados na combatividade, na democratização da estrutura sindical, opondo-se ao sindicalismo de Estado.

Essa atuação foi fundamental para a mudança de base no sindicalismo rural no sudoeste paranaense, pois conscientizavam agricultores, transformando-os em lideranças locais. No entanto, o novo Bispo de Palmas, que respondia pela região do Sudoeste, passou a questionar a atuação de uma entidade leiga voltada para a formação e conscientização religiosa, de modo que a hierarquia da igreja tencionava as relações com a ASSESOAR.

A partir daí, conforme comenta Pirin (2006), a associação vai mudando seu foco de atuação religiosa, rompendo com a igreja católica e assumindo a organização dos agricultores nos planos econômicos e políticos. Como resultado de suas ações, criou-se o laboratório de análise de solos, em 1970; efetivou-se a formação de monitores agrícolas, em 1972; e foi consolidado o incentivo à criação de grupos de oposição sindical em toda a região.

A atuação da oposição sindical no município de Francisco Beltrão se concretizou somente no ano de 1978, quando a oposição venceu as eleições do STR, tornando-se referência no movimento sindical rural para toda a região Sul do Brasil, devido às afinidades com as proposições do “novo sindicalismo”. Entretanto, as mulheres, só se inserem nestes espaços políticos sindicais a partir de 1987/88, tanto que deste trabalho remonta outros anseios conforme menciona Luciana Rafagnin em entrevista.

[...] em 1992 fui candidata à vereadora pelo PT (radical) no município de Francisco Beltrão [...] Sempre falávamos que as mulheres precisavam participar nos campos social, econômico e político, porém havia preconceito em relação à mulher política, era muito forte a questão do machismo: porque a mulher se envolve em política, para quê? O fato de ser agricultora... Uma coitada! Por mais que algumas não acreditassem, provou-se a importância da base, do grupo de mulheres, de mulher votar em mulher. Se não tivesse tido a confiança e o voto das mulheres não teria me eleito. Fui base para outras mulheres. A semente que germinou. A partir deste ano começou a crescer a participação das mulheres no movimento sindical. As mulheres agricultoras influenciavam as mulheres urbanas. Davam exemplo (L. R., Francisco Beltrão – PR, 2009).



É a partir disto que se pensa em propor um trabalho que envolvesse mulheres e jovens com o sindicato, passa-se então a fazer o debate do sindicalismo reivindicatório juntamente com os direitos previdenciários que estariam em pauta pelo contexto da constituinte, nas comunidades e nas mobilizações do sindicato. “*Nessa época surge uma das primeiras bandeiras: articular a vinda do associado para o sindicato mesmo que já não tivesse mais o dentista, o médico...*” (L. R., Francisco Beltrão – PR, 2009).

O novo sindicalismo rural Combativo, iniciado pelo STR de Francisco Beltrão, se espalhou por todo o Sudoeste do Paraná e região Sul do Brasil, organizando os agricultores em diversos movimentos desde 1978.

As funções do sindicato passam a ser organizadas a fim de defender e representar os agricultores, e também os trabalhadores assalariados. Desta forma, o STR de Francisco Beltrão, junto com outros sindicatos da região, deu origem a diferentes protestos contra a política agrícola do governo federal.

Houve neste período, uma mobilização bem forte, principalmente feita pelas mulheres agricultoras, em incentivo aos benefícios que os agricultores teriam ao participarem enquanto associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Havia muita facilidade em atrair e convencer os agricultores. Entretanto, precisavam mais que mobilizar, havia a necessidade de propor. *Conquistar o Bloco do produtor para homens e mulheres, baixos assinados, lutar pelo hospital regional, aposentadoria, licença maternidade para a agricultora etc.* (Z. P., Francisco Beltrão, 2009).

Uma das lutas refere-se aos suinocultores, no auxílio para a comercialização e produção. Também existiam lutas contra os indeferimentos dos pedidos do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO)³ por parte dos sojicultores e fumicultores. Outra bandeira de luta dos STRs na região foi pela conquista de terra.

Com o tempo, foram se abrindo e fortalecendo novos espaços de atuação para os sindicatos alinhados com o novo sindicalismo rural. A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, fez com que o sindicalismo rural repensasse a sua prática política de modo amplo na estrutura sindical que se sustenta.

Em 1987, ocorreram outras manifestações, desta vez contra as normas impostas pelos bancos que cobravam correção monetária sobre os empréstimos de investimentos contratados nos anos anteriores, igualmente à política de preços mínimos aplicada pelo Governo Federal.

³ Lembramos que o PROAGRO é um seguro acionado pelos agricultores quando sua produção é atingida por problemas climáticos.



No final dos anos 1980 as lutas dos agricultores familiares por políticas agrícolas desencadearam outras reivindicações, como a melhoria no atendimento à saúde e à previdência social, bem como, pelo direito da mulher agricultora a aposentadoria. Conquista importante foi à aposentadoria para os agricultores familiares: para a mulher aos 55 anos e para o homem aos 60 anos. Claro que essas conquistas se concretizaram com a Constituição de 1988, no entanto, realizaram-se pela luta empreendida pelos STRs ligados à Central única dos trabalhadores (CUT). Além disso, podemos perceber que desde a constituição do STRs houve a participação e organização das mulheres agricultoras nas atividades públicas da região.

Decisivamente as mulheres começaram a participar, a partir de 1984, com o intuito de eleger mulheres para as direções, sendo que até então participavam mais ativamente da igreja. O primeiro registro que se tem da participação de uma reunião do sindicato por uma mulher foi em 1976, trata-se de uma viúva, que por não ter quem a representasse, pode participar das reuniões. Atualmente, desde 2003, é obrigatório que homens e mulheres sejam associados.

O STRs é mantido pela mensalidade paga pelos associados. Entretanto conta Zélide que quando foi eleita presidente (1993), constatou que o STRs de Francisco Beltrão estava há 6 anos sem contabilidade, não tinha dinheiro em caixa nem para pagar luz nem água. *As pessoas diziam que era bem feito para nós porque queríamos ser chefe e presidente, agora se virem.* (Z. P., 2009). Segunda a entrevistada, para contornar a situação iniciaram um trabalho com as mulheres para fortalecer as bases. Iam até as casas para conscientizar os agricultores da importância de participar do sindicato e de contribuir com a sustentação financeira da entidade que sempre se manteve pela mensalidade dos associados. De 1993 a 1997 mantemos o sindicato, mas este estava sem recursos algum.

Mudanças no Sindicalismo a partir de 1990

Após a década de 1980 acontecem mudanças significativas no conceito da base sindical. Os sindicatos começaram a discutir sobre o público que atendiam, pois como Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) estavam atendendo agricultores familiares, assim, deveriam lutar pelo amparo destes como categoria.

Sendo assim, a partir da década de 1990, ocorre claramente uma diferenciação do sindicalismo principalmente após a abertura comercial, quando aparece o termo agricultura familiar e as lutas das organizações se voltam para o crédito. Dentro dos sindicatos principalmente na região Sul, havia várias categorias como: assalariados, pequenos proprietários (agricultores familiares),



que suas necessidades se diferenciavam. A partir de agora, a função do sindicalismo consiste em propor, reivindicar, elaborar e representar as categorias distintamente, pois cada uma tem necessidades específicas.

É assim que o sindicato se torna o principal defensor do agricultor familiar.

A categoria “agricultor familiar” começou a ser discutida na década de 1990, a partir dos debates sobre crédito rural, tanto que, com a criação do PRONAF ela se afirmou em torno das organizações sindicais. A partir daí, os dirigentes passam a ser questionados sobre as mudanças de denominação, com relação ao produtor rural e pequeno produtor que passa a ser identificado como agricultor familiar.

Com isso, houve a diferenciação entre trabalhador assalariado rural e agricultor familiar, pois as duas categorias têm objetivos diferenciados. O primeiro visa melhorar o salário e as condições de trabalho, já o agricultor familiar visa melhores preços para a comercialização da produção, mais crédito e outras políticas públicas.

Neste sentido é que na região Sul do Brasil, principalmente os sindicatos articulados da mesoregião Sudoeste, bem como os do Oeste catarinense e do Noroeste do Rio Grande do Sul constituíram uma federação: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL/CUT), transformando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs). Isso aconteceu, porque há muito mais agricultores familiares do que assalariados rurais, principalmente na mesoregião sudoeste do Paraná. (PIRIN, 2006)

Segundo as informações obtidas pela presidente do STRs de Francisco Beltrão Daniela Celupi, a instituição pretende modificar seu estatuto e transformar-se em Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), já que este vem se articulando com a linha sindical da agricultura familiar. Tal decisão será tomada coletivamente em assembléia geral com os agricultores familiares. Com tudo, mesmo a partir do momento em que o sindicato se transformar em SINTRAF, este continuará atendendo aos assalariados e bóias-frias que existem no município, mas divididos por categorias (PIRIN, 2006; p.160).

Considerações

Criado por pequenos produtores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão foi o primeiro sindicato a surgir na mesorregião Sudoeste, completou 46 anos de existência. Há 31 anos as oposições sindicais tomaram a sua direção, e a partir de então tem estado ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).



As mulheres marcaram um ponto histórico no sindicato. Muito contribuíram e ainda contribuem desde que estão nas direções. Zélide foi à primeira mulher a conquistar a presidência. Ao entrar, a primeira coisa que fizeram foi destituir a sala do presidente, pois segundo ela

o presidente não era para ficar atrás de uma mesinha, tinha que sair para lutar. Tanto que parava pouco no sindicato corria muito atrás de reivindicar os direitos. Quando a Tere assumiu, era para organizar como faria para reunir e levar as mulheres até os estados de concentração e de luta. Hoje a Dani coloca em prática, o que as lutas sócias conquistaram pelas reivindicações. (Z. P., Francisco Beltrão, 2009).

Esta inserção da mulher na vida pública foi muito questionada. Contam elas que para demonstrar que estavam recebendo formação e informando deveriam depois do expediente, trabalhar na horta e em casa até noite, isso, segundo elas, para mostrar para a comunidade que eram as “boazonas”, que mesmo trabalhando fora, não deixavam de produzir e cuidar da casa, dos filhos e do marido. Caracteriza-se assim a dupla jornada de trabalho quando não a tripla jornada no momento em que estas mulheres decidem estudar.

Hoje é possível perceber que mesmo diante de novas possibilidades de bandeiras de luta, as mulheres se fazem presentes nas direções: Daniela Celupi no STRs de Francisco Beltrão, Ivete em Ampére, Vera em Pranchita, em Renascença Lindaura, e em Manfrinópolis a Edite. Atualmente as ações do sindicato se intercalam com as da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF- SUL/CUT promovendo o desenvolvimento de uma rede de ações regionais e estratégicas para o crescimento do movimento sindical. Entretanto, embora menos combativos, há muito que se fazer em prol dos agricultores e agricultoras familiares que procuram o sindicato na esperança de superar as dificuldades enfrentadas na agricultura, pois o sindicato é o espaço de organização e luta. As lutas sindicais de homens e mulheres caracterizaram-se, fundamentalmente, pelo seu conteúdo de enfrentamento às políticas agrícolas do governo federal, embora as principais conquistas tenham ocorrido mais concretamente no campo político-organizativo do que no plano econômico.

Referências

- ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- THOMAZ Junior, Antonio. **O sindicalismo rural no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n., enero, 1998.
- PIRIN, Lizandra. **Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar no Município de Francisco Beltrão – PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia, meio ambiente e desenvolvimento, Universidade Estadual de Londrina, 2006.